

PARA UMA POÉTICA DA HISTÓRIA

Vitor Henriques¹

Resumo: Hayden White é um teórico da história que ficou conhecido por suas dissertações polêmicas, e muitas vezes desafiantes, para a disciplina da história, tal como sua estreita relação com a literatura. Segundo White, os modos de operação e formalização da escrita da história são os mesmos das obras de ficção, com a diferença de que a primeira fala em nome da verdade. White identifica nos modos de explicação do historiador elementos poéticos que apontam para sua ligação estrutural com a narrativa de ficção. Para ele, o objeto de pesquisa do historiador não existe como fato, mas como texto, o que implicaria uma outra relação com os documentos e com a própria prática historiográfica.

Palavras-chave: história e ficção, narrativa, linguagem.

Abstract: Hayden White is a history theoretical known by his controversial, and many times challenging dissertation for the history matter, and his close relation with literature as well. According White, the operation modes and formalization of history writing are the same of the fiction work, with the difference that the first one says in the name of truth. White identify in the explanation modes of the historian, poetical elements that point for his structural junction with the fiction narrative. For him, the historian research object does not exist as a fact, but as a text, wich would implicate in another relation with the documents and with the own history writing.

Key words: history and fiction, narrative, language.

¹ Bacharel em História e Mestre em Teoria Literária, ambos pela UFRJ. Professor pesquisador da UFRJ.

Introdução

É cada vez mais recorrente e pertinente a discussão sobre os vínculos e estreitamentos de fronteiras entre a história e a literatura. Na história, a aproximação ou reaproximação se deu através de teóricos como Hayden White que, a partir de noções da teoria literária, levantou questões epistemológicas fundamentais e polêmicas para o ofício do historiador, tais como a textualidade do “contexto histórico” e a existência lingüística dos “objetos” na lida historiográfica. Na literatura, a chamada “metaficção historiográfica”² (os romances históricos pós-modernos) seria o indicativo de uma aproximação com a história, incorporação esta, por sua vez, pautada pela paródia. A Estética da Recepção, um outro indício de aproximação, foi um movimento literário alemão que, na contramão da onda estruturalista, recupera a história para o entendimento do texto literário, verificando como as obras são recebidas e significadas no tempo.

Vamos nos deter no primeiro movimento, isto é, o que a teoria literária ofereceu à teoria da história. Para isso, recorreremos especificamente à concepção e contribuição de Hayden White, a nosso ver fundamental, em torno desse debate. Sua idéia básica é: os modos de construção e doação de sentido do conteúdo da narrativa na escrita da história são os mesmos da escrita literária. Para ele, o historiador cria (não acha), seleciona e dá entendimento aos seus dados assim como o romancista, com a diferença de que o primeiro pretende e reivindica para si critérios de verdade, já que se ocupa de eventos “reais”, enquanto o segundo, de eventos “imaginados”. Mesmo reconhecendo que o historiador e o ficcionista se interessam por tipos diferentes de eventos, seguindo a distinção aristotélica entre história e poesia, no sentido de a primeira querer contar o que aconteceu, ao passo que a segunda, o que poderia ter acontecido, White defende que, além de a forma do discurso ser a mesma, ambas articulam situações

² Um termo de L. Hutcheon em “Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção”. A autora defende que os romances da pós-modernidade não negam a história, como sugere tudo aquilo que recebe a alcunha de “pós-moderno”, mas a incorpora em suas ficções, entretanto, não de forma disciplinar ou nostálgica, mas ironicamente. A inserção se faz propositadamente confusa com o ficcional, “adulterando” os fatos históricos e sugerindo dúvidas sobre sua realidade.

humanas dentro de um mesmo corpus de interpretação e reconhecimento de que as palavras têm em nossa cultura escrita.

Ambos desejam oferecer uma imagem verbal da “realidade”. O romancista pode apresentar a sua noção desta realidade de maneira indireta, isto é, mediante técnicas figurativas, em vez de fazê-lo diretamente, ou seja, registrando uma série de proposições que supostamente devem corresponder detalhe por detalhe a algum domínio extratextual de ocorrências ou acontecimentos, com o historiador afirma fazer. Mas a imagem da realidade assim construída pelo romancista pretende corresponder, em seu esquema geral, a algum domínio da experiência humana que não é menos “real” do que o referido pelo historiador. (WHITE, 2001: 138).

Para alguns historiadores, a vinculação proposta é extremamente problemática. O consentimento da história como uma ficção torna-se para muitos uma tarefa incompatível, visto que questiona os critérios de verossimilhança que pautam a escrita historiográfica, anulando aquilo mesmo que confere especificidade e identidade à disciplina enquanto uma área do conhecimento. Sonia Lacerda sintetiza muito bem o que estamos querendo explicar:

Ela [a ficção] assombra a prática historiográfica na medida em que esta, mesmo tendo abandonado a crença numa correspondência com a “realidade” objetiva, não renunciou à presunção de produzir relatos verídicos. Pois ainda que explore conscientemente as propriedades literárias da historiografia e admita de bom grado a participação do engenho ou imaginação em sua obra, a maioria dos profissionais da disciplina continua a pretender para ela o atributo de veracidade (embora não mais o estatuto de verdade): é isso o que, em última instância, especificaria a história frente à criação ficcional. (LACERDA, s/a: 35).

Para White, ocorre exatamente ao contrário. A incorporação de procedimentos literários alarga o horizonte imagético e estilístico da história. Conceber essa relação com a literatura como maléfica, no sentido de a imaginação literária anular os métodos eruditos da

operação historiográfica ou a pesquisa metódica nos arquivos, é subjugar a própria capacidade de criação e conhecimento da literatura ou supor que ela não ofereça uma “investigação” sobre a experiência humana.

A teoria da literatura permitiu, segundo White, novas concepções da linguagem que problematizaram a noção da escrita da história. Tradicionalmente, os historiadores tendem a desassociar, em seus discursos, conteúdo e forma. Assim sendo, acreditam que o conteúdo factual (a realidade histórica) e conceitual se distinguem da forma lingüística de re-apresentação dos mesmos, os permitindo então conferir autonomia extra-discursiva à realidade, como se o conteúdo factual e conceitual existissem para além da forma lingüística que os apresenta (WHITE, 1994: 25-27). A linguagem aqui aparece como um veículo transparente e seguro na representação da realidade. White lembra que a moderna teoria literária (leia-se estruturalismo e pós-estruturalismo) nos fornece a noção de que a linguagem é ao mesmo tempo forma e conteúdo, sendo este último não da ordem do factual, mas do lingüístico:

(...) [seria] uma pressuposição fundadora dos lingüistas, a saber, que a linguagem nunca é um conjunto de “formas” vazias esperando para serem preenchidas com um “conteúdo” factual e conceitual ou para serem conectadas a referentes pré-existenciais no mundo, mas está ela própria no mundo como uma “coisa” entre outras (...) (WHITE, 1994: 27).

Nossa hipótese de trabalho aponta para a noção de que quando os historiadores admitam e falam sobre a imaginação, assim como de alguns aspectos da ficção em suas pesquisas, esses conceitos não são incorporados plenamente, isto é, são feitas alusões para uma história que comporta narrativa e para um historiador que inevitavelmente imagina ao falar de seu objeto, porém, percebe-se que tais considerações encerram-se em si mesmas. Conceitos como “imaginação” e “ficção” costumam, na historiografia, não ganhar profundidade de análise. Por isso a pertinência de Hayden White, talvez, no século XX, o teórico da história que mais buscou uma aproximação da história com a teoria literária, pautando todos os seus escritos para uma poética da história.

O mito na escrita da história

Na formulação de sua teoria poética da história, Hayden White se apóia no crítico literário Northrop Frye, que localiza a ficcionalidade da história na estrutura mítica arquetípica encontrada no interior dos modos de explicação (porque deslocados para o interior da linguagem) utilizados pelo historiador para dar sentido a sua narração. White chama esses modos arquetípicos de “estrutura de elaboração de enredo” ou “urdidura de enredo”, que seriam quatro: romanesca, trágica, cômica e satírica. As características de cada uma das quatro formas ficcionais caberiam para qualificar o tipo de estória que o historiador escolheria para explicar e dar sentido aos acontecimentos.

A partir dessas categorias de Frye, White as aplicou em quatro historiadores do século XIX: Michelet teria vazado suas estórias de modo romanesco; Tocqueville, de modo trágico; Ranke, de modo cômico e Burckhardt, de modo satírico. Cada estrutura mítica é um modelo de inteligibilidade que já tem sua especificidade temática encontrada na cultura literária ocidental.

A oposição história e mito, ou história e ficção, evidencia-se problemática, senão uma construção. Para White, ao mesmo tempo em que o historiador utiliza a linguagem culta habitual, ele a usa de maneira ingênua e auto-suficiente, como um meio necessário para a realização de seu trabalho. A linguagem, nessa concepção, nada mais é do que um instrumento que permite a ligação a referentes. Ao pensar sobre seu objeto, o historiador acredita fazer algo diferente do que pensar a linguagem.

Com feito, eu diria que estes modos míticos são mais facilmente identificáveis no texto historiográfico do que no texto literário. Pois os historiadores costumam trabalhar com uma autoconsciência muito menos *lingüística* (e, portanto, menos *poética*) do que os autores de ficção. Tendem a tratar a linguagem como se fosse um veículo transparente da representação que não traz para o discurso nenhuma bagagem cognitiva exclusivamente sua. As grandes obras de ficção – se Roman Jakobson estiver certo – em geral não versarão apenas *sobre* o seu assunto presuntivo, mas também *sobre* a própria linguagem e a relação problemática entre linguagem, consciência e realidade – inclusive a própria linguagem do escritor.

Grande parte da preocupação dos historiadores com a linguagem se limita ao esforço de falar com simplicidade, de evitar figuras de linguagem rebuscadas, de verificar se a *persona* do autor não pode ser identificada em alguma parte do texto, e de deixar claro o que significam os termos técnicos, quando ousam utilizar algum. (WHITE, 2001: 143, grifo do autor).

O mesmo conjunto de eventos pode, através do historiador, sofrer interpretações diversas, isso dependerá da seleção de eventos (com a inclusão deliberada de uns e a exclusão de outros), significações e lógicas engendradas pelo historiador, enfim, da estrutura de enredo aplicada para tornar os acontecimentos inteligíveis e com algum sentido particular. O modelo estrutural de um dos quatro mitos arquetípicos seria o modelo de uma estória histórica:

Assim, por exemplo, o que Michelet, na sua grande história da Revolução Francesa, construiu no modo de um drama de transcendência romântica, seu contemporâneo Tocqueville contou na forma de uma tragédia irônica. Não se pode dizer que um tenha tido mais conhecimento que o outro dos “fatos” contidos no registro; apenas tinham concepções diferentes do tipo de estória que quadrava melhor aos fatos que conheciam. Tampouco se deve imaginar que contaram estórias diferentes da Revolução porque haviam descoberto tipos diferentes de fatos, políticos de um lado, sociais de outro. Eles perseguiram tipos diferentes de fatos porque tinham tipos diferentes de estórias para contar. (WHITE, 2001: 101).

Portanto, é nessa operação de decodificar os fatos históricos em arquetípos explicativos que residiria o aspecto mítico e ficcional da narrativa histórica. Esse procedimento que dá forma à escrita da história tem o intuito de tornar familiar (já que posto em modelos míticos de enredo, inseridos em nossa cultura literária) o que originalmente não é familiar³. Assim, os “dados” históricos (não

³ “(...) e em geral esse é o modo da historiografia, cujos ‘dados’ sempre são imediatamente estranhos, para não dizer exóticos, simplesmente em virtude de estarem distantes de nós no tempo e de se originarem num modo de vida diferente do nosso”. (WHITE, 2001: 102).

familiares) são codificados e “adaptados” numa estrutura de enredo que os tornaria conhecíveis, logo, familiares.

A codificação dos fatos históricos não-familiares em estruturas arquetípicas familiares que lhe dão inteligibilidade seria, segundo White, um processo de compreensão essencialmente tropológico. Uma das principais questões da teoria da história whitiana se encontra na questão de que todo discurso (seja ele realista ou imaginativo) contém tropos de linguagem⁴. Os “objetos” são constituídos e criados pela linguagem, pelos tropos de linguagem.

Os Tropos de linguagem e sua “aplicabilidade” na história

Na sua teoria tropológica, White baseia-se no filósofo italiano Giambattista Vico, para quem voltou grande atenção. Segundo Vico, os homens primitivos nomeavam acontecimentos desconhecidos da natureza a partir de um universo já conhecido – suas sensações e paixões. Esse processo de nomeação das coisas foi chamado por ele de “lógica poética”. A identificação do não familiar a partir do familiar é uma identificação metafórica. Para Vico, essa operação tinha sua própria lógica, a lógica das figuras de linguagem ou tropos, que poderiam, seguindo a classificação de Aristóteles, ser reduzidos a quatro: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. O mundo ganharia significado e passaria a existir através da imaginação, da nomeação figurativa.

O ato em questão se estabelece com um eu que apreende o mundo por semelhança e diferença, isto é, metaforicamente. O homem primitivo identificava o trovão (o não familiar) com a raiva (o que lhe era familiar) através da semelhança, em que o som de algo estranho era associado ao som de um estado emocional conhecido; também através da diferença, no reconhecimento de que uma seria humana e outra sobre-humana. É justamente nessa identificação de uma causa para o acontecimento do trovão, seu aspecto sobrenatural, que marca uma apreensão metonímica da realidade. Assim, o homem primitivo institui uma causa geradora para o trovão:

⁴ “Tropico” é uma palavra de origem grega (tropikos) que significa “mudança de direção”. Para teóricos da linguagem e gramáticos, tropos são desvios do uso literal da linguagem, desvios que apontam em direção a outros sentidos.

(...) pela metonímia, portanto, pode-se simultaneamente distinguir entre dois fenômenos e reduzir um à condição de manifestação do outro. (...) por meio de tais reduções, como assinalaram Vico, Hegel e Nietzsche, o mundo fenomênico pode ser povoado por uma profusão de agentes e agências que se presume existam por trás dele. Uma vez que o mundo dos fenômenos é separado em duas ordens do ser (agentes e causas de um lado, atos e efeitos do outro), a consciência primitiva é presenteadada, *por meios puramente lingüísticos apenas*, com as categorias conceptuais (agentes, causas, espíritos, essências) necessárias para a teologia, a ciência e a filosofia da reflexão civilizada. (WHITE, 1995: 49, grifo do autor).

Para Vico, foi possível, mediante a metonímia, dotar um mundo povoado por deuses com intenções causadoras: “Os homens projetam nos deuses as qualidades que percebem em si mesmos, atribuindo-lhes o poder que vêem manifestado nas ocorrências naturais cataclísmicas (...)” (WHITE, 2001: 232). A partir dos processos de identificação e nomeação, formam-se as particularidades de um ser ou de uma coisa, permitindo sua conceituação universal: é a compreensão por sinédoque.

A base poética meta-histórica (os tropos) prefigura a construção do campo factual e conceitual que o historiador imagina, respectivamente, encontrar e aplicar em seu trabalho. É nesse sentido que White frisa que: “(...) em qualquer campo de estudo ainda não reduzido (ou elevado) ao estatuto de verdadeira ciência, o pensamento permanece cativo do modo lingüístico no qual procura apreender o contorno dos objetos que povoam seu campo de percepção” (WHITE, 1995: 14). Os tropos são modelos exemplares de como a consciência opera no mundo e codifica o que apreende. Portanto, para White, o campo histórico não é uma realidade extra-discursiva, é sim constituído pela linguagem que o apreende, e sendo ela um “meio” intrinsecamente figurativo, a realidade se forma figurativamente. A partir dessas assertivas, fica enfraquecida, ou pelo menos problemática, a distinção entre o discurso realista e o discurso figurativo, a fala científica e a fala literária, a história e a ficção.

Linguagem e realidade: controvérsias entre Hayden White e Roger Chartier

As críticas à teoria tropológica de White não são poucas. É relevante o mesmo ter como um dos seus críticos Dominick LaCapra, “companheiro” na ênfase dada à dimensão literária da narrativa dos fatos sociais. A divergência parte do determinismo lingüístico (sendo este, aliás, o ponto preferido das críticas sofridas) que LaCapra diz identificar na teoria dos tropos. Segundo LaCapra, White deposita no texto as esperanças que os historiadores costumam depositar no contexto.

Para LaCapra, portanto, White compartilha com outros historiadores o desejo de encontrar uma base segura que explique o que entendemos por realidade histórica. Onde a maioria dos historiadores situaria essa realidade no universo social ou político, White a coloca nos tropos que configuram a escrita histórica, mas, em ambos os casos, o desejo metafísico da presença plena, do significado pleno e da explicação plena atua como um pressuposto basilar não examinado. (KRAMER, 1992: 151).

Nessa perspectiva, os tropos de linguagem de White assumem uma importância metafísica determinante sobre a escrita da história, sua diferença é ter apenas virado de cabeça para baixo os critérios de explicação por categorias que os historiadores fazem uso. Para LaCapra, White é um positivista, não dos fatos, mas do texto.

Encontramos em Roger Chartier o interlocutor mais atuante e persistente no diálogo com White. Isso permite uma análise mais demorada e aprofundada da divergência teórica que se instaurou entre os dois.

A existência da realidade histórica enquanto texto ou sua extra-textualidade, é uma das marcas da discordância entre White e Chartier. Para este último, é possível conhecermos a lógica das práticas sociais *através* dos discursos sobre as mesmas (documentos e vestígios), isto é, das representações, logo, existiria uma realidade cognoscível para além destas. Ambos concordam que a história é uma representação narrativa, mas em White, o objeto só existe como texto (no sentido de só existir lingüisticamente) e não como discurso; o que é diferente, e

uma diferença importante para entendê-lo, pois defender a existência do objeto somente enquanto discurso, seria acreditar na sua fidelidade de tratar de seu referente (o objeto).

Assim, Chartier tem razão quando diz que a lógica do discurso não é a lógica das práticas sociais, na medida em que uma fonte primária tem compromissos óbvios com as intenções e interesses de quem a produziu; o texto não relata o que ocorreu, não relata diretamente uma prática social, mas a representa. É baseado nessa idéia que Chartier defende a noção de que a realidade não pode ser reduzida aos textos, daí suas críticas a Hayden White. O fato é que quando White diz que a história só existe enquanto texto, não quer dizer que a história seja o texto, mas sim que o historiador não acha seu objeto nos documentos para construí-los e representá-los, como em Chartier, mas os cria no próprio processo de sua abordagem, em que o conteúdo (“os fatos”) é inseparável de sua forma (a linguagem), e não existe fora dela.

Meu palpite pessoal (...) é que, em qualquer área de estudo que como a história, ainda não se “disciplinizou” a ponto de construir um sistema terminológico-formal para descrever os seus objetos, ao contrário do que sucedeu com a física e a química, são os tipos de discurso figurativos que ditam as formas fundamentais dos dados a serem estudados. Isso significa que a *forma das relações* que parecerão ser inerentes aos objetos que habitam o campo na realidade foi imposta ao campo pelo investigador no próprio ato de identificar e descrever os objetos que aí descobre. Daí que os historiadores *constituam* os seus temas como possíveis objetos de representação narrativa por meio da própria linguagem que utilizam para *descrevê-los*. E, a ser esse o caso, isso significa que os diferentes tipos de interpretação histórica que temos do mesmo conjunto de eventos, como a Revolução Francesa que foi interpretada por Michelet, Tocqueville, Taine e outros, são pouco mais que projeções dos protocolos lingüísticos utilizados por esses historiadores para *prefigurar* esse conjunto de eventos antes de escrever as suas narrativas. Trata-se apenas de uma hipótese, mas parece possível que a convicção que o historiador de ter “encontrado” a forma da sua narrativa nos próprios eventos, em vez de ter imposto a eles, tal como faz o poeta, seja uma conseqüência de certa falta de autoconsciência lingüística (...) (WHITE, 2001: 111 - 112, grifo do autor).

Para Nietzsche, verdades e juízos morais existem para atender algum tipo de necessidade e manutenção social da espécie (NIETZSCHE, 2005: §4); as “verdades” se configuram mais por seus efeitos e proveitos do que por provas lógicas ou ontológicas. Na disciplina da história, por questões de sua própria sobrevivência e legitimidade, o conceito “verdade” talvez seja o mais imaginado, fundamental e fundamentado. Segundo Nietzsche, “a moral é apenas uma linguagem simbólica, uma sintomatologia: é preciso já saber *de que se trata para tirar proveito dela*” (NIETZSCHE, 1976: §1). Para ele, a ciência não existe sem o discurso sobre o verdadeiro, não que algo seja realmente verdadeiro, mas sim que seja *tido* como verdadeiro. É exatamente essa noção de verdade, a nosso ver, que os historiadores costumam pleitear, já que progressivamente, desde a Escola dos Annales, posicionam-se com mais cautela em torno de afirmações que apontam para fatos históricos verdadeiros, entretanto, acreditam que os mesmos possam ser ditos e tidos como verdadeiros, instituídos como tais. Segundo Nietzsche (que não separa ciência e moral), é essa vontade de verdade que permite e funda a ciência.

A história como ficção científica

White não só apresenta o fictício na representação “realista”, como para o que é realista na representação “fictícia”. O relato ficcional firma imagens (amparadas em “fatos da história” ou não) que ressaltam experiências humanas possíveis, relevantes, “verdadeiras”. Qualquer relato ou construção imaginária contém elementos de “realidade”, além de serem forjados “nela”, tendo a ficção, invariavelmente, uma “correspondência” com o mundo. Nesse sentido, a poesia não é uma atividade elucubradora que paira sobre a realidade e que nada tem a ver com ela; a imaginação não provém de uma caixa vazia, mas é o “resultado” de uma série de experiências vividas. Assim sendo, é improvável um poeta aldeão, por nascer e morar em aldeia, tecer versos sobre o mundo urbano; não terá referências imagéticas para tal.

Sobre a recepção da noção de ficção entre os historiadores, obviamente que não são todos que a entendem e relacionam à mentira, apesar de ser essa uma quase unânime sugestão que nos chega por todos os lados e meios: “ficção. [Do lat. *Fictione.*] s.f. 1. Ato ou efeito

de fingir; simulação; fingimento. 2. Coisa imaginária; fantasia, invenção, criação”. Sandra Pesavento apresenta o que a historiadora Natalie Davis entende por ficção: “[ela] toma a palavra no seu sentido mais antigo, no seu uso do século XVI: ‘ficção como o que é moldado, trabalhado, construído a partir de elementos já existentes’” (PESAVENTO, 2000: 38). A perspectiva de Davis se aproxima muito com a de White, ambos partem do princípio de que a ficção “nasce” de realidades, daí a sua não vinculação direta ao abstrato ou a algo irreal. A partir dessa “definição” do ficcional, a distância entre história e literatura torna-se curta, assim como vai se tornando cada vez mais opaca uma definição clara sobre os princípios de cada uma. A distinção entre elas se dá mais pelos respectivos códigos e regras estabelecidos do que pela matéria-prima com que lidam.

Percebe-se hoje na Academia o discurso de que a história não é uma ciência dura, mas uma narrativa que comporta imaginação. Vemos a tendência como problemática, pois geralmente os historiadores que a professam não assumem a radicalidade dessa imaginação “aceita” em seus trabalhos, além de exercitarem limites aos procedimentos identificados como literários em prol de uma objetividade que pudesse assegurar e manter a identidade da história enquanto uma ciência social específica.

Entretanto, o cenário que permitiu essa “abertura epistemológica”, que reconhecemos, mal ou bem, ser um avanço teórico para a disciplina, começa a desenhar-se a partir dos anos 70, em que a história passou por uma série de reformulações críticas sobre seu papel enquanto ciência, o que Chartier chamou de “crise epistemológica” e “virada crítica” (CHARTIER, 1994: 100). Nessa onda de re-conceituação, houve em relação à disciplina um amainar de seus aspectos científicos em nome de uma valorização ou revalorização de seu veio narrativo/literário. De qualquer forma, o que predomina é este aceitar e negar ao mesmo tempo as formalizações literárias para a história, o que é visível no próprio Chartier.

Os historiadores sabem bem hoje em dia que também são produtores de textos. A escritura da história, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, pertence ao gênero da narrativa, com a qual compartilha as categorias fundamentais. Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma

mesma maneira de fazer agir seus “personagens”, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade (CHARTIER, 2002: 14).

Relato entre outros relatos, a história singulariza-se, porém, pelo fato de manter uma relação específica com a verdade, ou antes, por as suas construções narrativas pretenderem ser a reconstituição de um passado que existiu. Esta referência a uma realidade situada fora e antes do texto histórico, e que esta tem por função reconstituir à sua maneira, não foi dispensada por nenhuma das formas do conhecimento histórico, melhor ainda, ela é aquilo que constitui a história na sua diferença mantida com a fábula e a ficção. (CHARTIER, 1990: 84 apud LACERDA, s.d.: 35).

Chartier explica que a narrativa precisou ser ignorada do discurso histórico desde o século XVIII, pelo fato de a narração pressupor vínculos intrínsecos à arte retórica, além de ser “considerada o lugar do desenvolvimento dos próprios acontecimentos”, o que era inconcebível para um discurso que se queria investigativo sobre os mesmos (CHARTIER, 2002: 14). Se livrar, ou a pretensão de querer se livrar, da narrativa para que o historiador pudesse então empreender uma análise (e não uma narrativa) competente sobre os fatos, seria a premissa fundamental para aqueles que almejavam objetividade e cientificidade para a escrita da história.

Que a história é narrativa, bem o sabemos; que o historiador investiga, seleciona e constrói o seu campo, o seu tema e o seu objeto, parece também fora de dúvida. Que o imaginário, esta capacidade de representar o real por um mundo paralelo de imagens, palavras e significados, tem uma força por vezes mais “real” que o próprio “real concreto”, é também uma visão que se difunde. (...) Mas admitir que os historiadores realizam ficção e que não almejam a verdade é ainda considerado por muitos uma heresia! (PESAVENTO, 2000: 39).

Michel De Certeau vê a narrativa como um artifício (uma ficção) que preenche as lacunas documentais, e que consiste na habilidade do historiador de “fazer esquecer aos leitores aquilo de que não fala”. Para o filósofo Paul Ricoeur, não existe história sem narrativa, sendo a última condição da primeira. Para ele é impossível pensar o

tempo fora da narrativa; o tempo só é tempo humano quando articulado numa narração. Como bem lembrou Sônia Lacerda, é narrativa toda “organização discursiva própria às escritas cujo objetivo consiste em situações humanas”. A mesma historiadora ressalta em seguida que “trata-se de ‘encenação’ que a historiografia não dispensa; só os discursos puramente lógico-demonstrativos prescindem de formas de representação literárias e do recurso à retórica” (LACERDA, s/d: 38).

Talvez o melhor exemplo desta “assimilação” do literário na história esteja em Certeau, quando ele diz que a história “é uma ficção científica”, isto é, uma disciplina que leva em consideração seus aspectos narrativos, mas contanto que controlados por técnicas lógicas. Essa noção de história está sintetizada em Georges Duby, quando este diz que “(...) é uma certa imagem de ciência que faz desejar cada vez mais uma parte de ficção na história”. Essa passagem sugere que o historiador admite e deglute antropofagicamente a ficção para melhor “incorporá-la”, controlá-la, a fim de transformá-la em ficção científica.

A história, se a quisermos definir como ficção, há que ter em conta que é uma ficção controlada. A tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente. (...) Ficção controlada, porque a História aspira ter, em sua relação de “representância” com o real, um nível de verdade possível. Se não mais aquela verdade inquestionável, única e duradoura, um regime de verdade que se apóie num desejável e íntimo nível de aproximação com o real. (PESAVENTO, 2000: 39).

Nesse sentido, a ficção admitida não pode ser uma ficção no seu sentido pleno, a que há na literatura não é a que deveria haver na história. Nesta, ela tem de ser controlada, averiguada e fiscalizada tecnicamente: uma ficção cientificamente conduzida. A “ficção” que se deseja para a história é a de um romance verdadeiro. Para Hayden White, como vimos, a história é menos uma ficção científica do que um discurso ficcional com pretensões científicas.

O historiador, segundo White, pleiteia para si as benesses da ciência e da arte, ainda que não assumindo os procedimentos e dificuldades de nenhuma das duas. Para ele, essa é uma auspiciosa

postura epistemológica que muitos historiadores incorporam com o intuito de defenderem seu campo de atuação da crítica feita por outros segmentos acadêmicos. Quando um cientista social, por exemplo, cobra-lhes uma maior objetividade metodológica, muitos respondem que jamais reivindicaram uma cientificidade plena para a história. E quando literatos criticam-lhes a insuficiência na investigação das experiências humanas, alegam então que a história tem um compromisso científico inabalável com a realidade, portanto, não teriam liberdade e nem poderiam se dar ao luxo de fazer peripécias literárias (WHITE, 2001: 39).

Essa tática epistemológica permitiu aos historiadores reivindicarem para a história um posicionamento confortável e balanceado entre a arte e a ciência, sendo a única disciplina humanística em que, supostamente, poderia haver uma junção harmoniosa entre esses dois modos de compreender o mundo. A manobra, por sua vez, impede a incorporação das considerações mais sérias realizadas na literatura e na ciência do século XX. Essa autodefesa, refletida na reivindicação de um campo epistemológico neutro, é alvo de muitas críticas. Vem da literatura do século XX a maioria das hostilidades para com a consciência histórica. A passagem é longa, mas instigante e exemplar em termos de desafios para o historiador.

Poder-se-ia até afirmar que um dos traços distintivos da literatura contemporânea é a sua convicção subjacente de que a consciência histórica será obliterada se o escritor tiver de examinar com a devida seriedade aquelas camadas da experiência humana cuja descoberta é o propósito peculiar da arte moderna. Esta convicção se acha tão difundida que a reivindicação do historiador de ser um artista parece patética, quando não meramente ridícula.

A hostilidade do escritor moderno à história se evidencia de modo mais claro na prática de usar o historiador para representar no romance e no teatro o exemplo extremo de sensibilidade reprimida. Os escritores que utilizaram os historiadores dessa maneira são, entre outros, Gide, Ibsen, Malraux, Aldous Huxley (...) Thomas Mann, Jean-Paul Sartre, Camus (...). A lista poderia ser consideravelmente ampliada se se incluíssem os nomes de autores que condenaram implicitamente a consciência histórica

ao afirmar a contemporaneidade essencial de toda experiência humana significativa. Virginia Woolf, Proust, Robert Musil, Italo Svevo, Gottfried Benn, Ernest Jünger, Valéry, Yeats, Kafka e D. H. Lawrence – todos refletem a voga da convicção expressa pelo Stephen Dedalus de Joyce, segundo a qual a história é o “pesadelo” do qual o homem ocidental precisa despertar se quiser servir e salvar a humanidade.

Na verdade, em muitos romances e peças modernos o cientista figura como o antítipo do artista com uma frequência ainda maior do que o historiador. Mas o escritor não raro demonstra alguma afeição e até uma certa boa vontade para perdoar que não se estende às personagens de historiador. Enquanto o cientista é apresentado, na maioria das vezes, como alguém que trai o espírito devido a um comprometimento positivo com outra coisa qualquer, tal como o desejo faustiano de controlar o mundo, ou uma necessidade de sondar os segredos do mero processo material, o historiador, em contrapartida, é comumente tratado como o inimigo dentro das muralhas, como alguém que simula atitudes pias de respeito pelo espírito apenas para minar com mais eficácia as reivindicações do espírito sobre o indivíduo criativo. Em resumo, o golpe desferido contra o historiador por parte dos escritores modernos é também um golpe moral; mas, enquanto o cientista o acusa apenas de uma falha metodológica ou intelectual, o artista o indícia por uma falta de sensibilidade ou de vontade. (WHITE, 2001: 43-44).

Bédarida, para quem “a busca da verdade deve ser explicitamente considerada a regra de ouro de todo historiador digno desse nome” (1992: 222), diz que hoje em dia os historiadores estão longe da concepção positivista da história, em que o objeto existia por si só, restando para o historiador a tarefa de encontrá-lo e revelá-lo. Segundo ele, o historiador hoje não acha seu objeto, o constrói. Reconhecemos que essa é a sentença axiomática dos historiadores desde a “libertação” de Febvre quando este, nos anos 30, disse que “os fatos são feitos”. Com tal máxima, os historiadores atuais se autointitulam antipositivistas, ainda que preservando a vontade de contar a verdade na história; mas qual é a diferença entre o objeto falar por si e o historiador falar pelo objeto em nome da verdade? É nesse sentido, de crítica a uma história que se pretende científica, que o irônico texto de Nietzsche torna-se uma grande provocação para nós historiadores:

Se todo sucedido contém em si uma necessidade racional, se todo acontecimento é o triunfo do lógico ou da “Idéia” - então, depressa, todos de joelhos, e percorrei ajoelhados toda a escada dos “sucedidos”! Como, não haveria mais mitologias reinantes? Como, as religiões estariam à morte? Vede simplesmente a religião da potência histórica, prestai atenção nos padres da mitologia das Idéias e em seus joelhos esfolados! Não estão até mesmo todas as virtudes no séqüito dessa nova crença? Ou não é abnegação quando o homem histórico se deixa reduzir a um espelho objetivo? (NIETZSCHE, 1996: 284).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. “A História hoje: dúvidas, desafios, propostas”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol.7, n.13, 1994, p. 97-113.

KRAMER, L. S. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra”. In: HUNT, L. (org.). *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LACERDA, S. “História, narrativa e imaginação histórica”. In: SWAIN, T. N. (org.). *História no plural*. Brasília: Ed. UNB, s.n. p. 9-42.

NIETZSCHE, F. “Aqueles que querem tornar a humanidade ‘melhor’”. In: *Crepúsculo dos Ídolos*. Trad. Edson Bini e Márcio Pugliesi. São Paulo: Hemus, 1976.

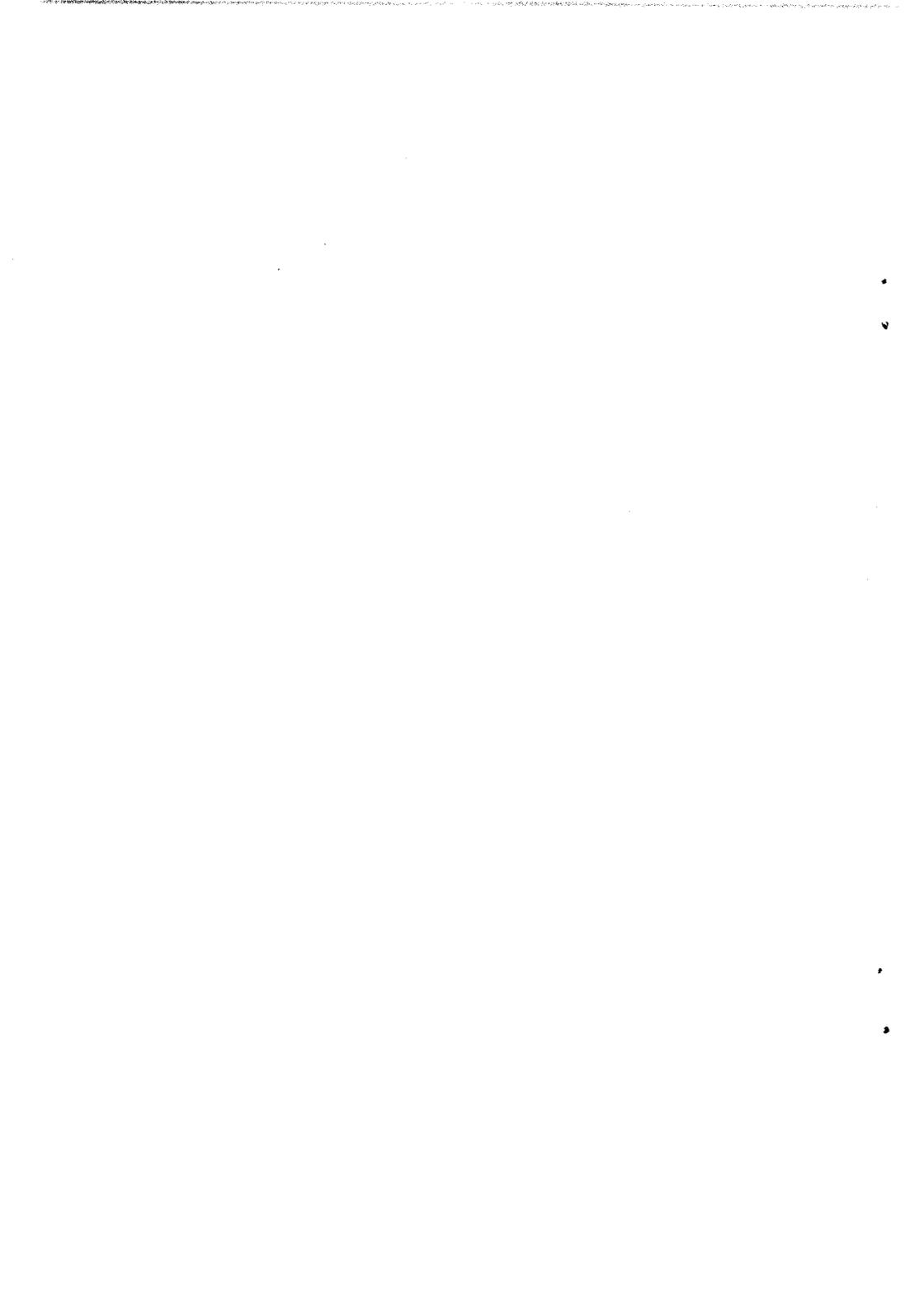
_____. *Para além do bem e do mal*, Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PESAVENTO, S. J. “Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura”. *Revista de História das Idéias*. Lisboa, v.21, 2000, p.33-57.

WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaio sobre a crítica da cultura* Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2.ed. São Paulo. EDUSP, 2001.

_____. *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurêncio de Melo. 2 ed. São Paulo. EDUSP, 1995.

_____. “Teoria Literária e escrita da história”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.13, 1994, p. 21-48.



**Relatos de Pesquisa do Programa
de Mestrado em História**

